



COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR – CIRM
GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-Gerco)

52ª Sessão Ordinária

Sala de Reuniões da CIRM – Esplanada dos Ministérios, Bloco N, Anexo B, 3º andar, Brasília

Brasília – DF, 26 de agosto de 2015 – Horário: 9h30 às 12h30/14h30 às 18h00

LISTA PARTICIPANTES

Coordenação da Sessão	Adalberto Eberhard (DZT/MMA)
	CMG Celso Moraes Peixoto Serra (SECIRM/MB)
Redator da ata	Adelias Freires Bastos (DZT/MMA)

LISTA DE PRESENÇA – REPRESENTANTES

ORGÃO	REPRESENTANTE GI-Gerco
MMA	Adalberto Eberhard
MME	Renato Lima Figueiredo Sampaio
MT	Adilson Abade da Silva
MP/SPI	Luis Fernando Magnani de Oliveira
MB/SECIRM	Celso Moraes Peixoto Serra
MI	Cássio Guilherme Rampinelli
SPU	André Luis Pereira Nunes
MCTI	Felipe Moraes Santos
ANTAQ	Maria Luiza Almeida Gusmão
Comunidade Científica	Alexander Turra
MPA	Eliani Maciel Lima
IBAMA	Fabíola Nunes Derossi
G17(N)	Clézio Silva Fonseca
EMA/MB	Teresa Cristina Cavalcanti
EMA/MB	Fábio Rogério Leite e Souza
ABEMA	Luiz Eduardo Moraes
PETROBRAS	José Antônio Sales de Melo
SEP	Uirá Cavalcante Oliveira

MCidades	Talitha Bensiman Ciampi
CPRM	Hortência Maria Barboza de Assis

LISTA DE PRESENÇA – PARTICIPANTES

ORGÃO	PARTICIPANTE
MMA/DZT	Adelias Freires Bastos
MMA/DZT	Salomar Mafaldo
MMA/DZT	Márcia Regina Lima de Oliveira
SPU/MP	Reinaldo Magalhães Redorat
MMA/DZT	Bruna Teixeira
ANA	
IBAMA	Leandro Cordeiro

12

1. ABERTURA

15 Abertura da 52ª sessão que teve início às 9h20 pelo representante da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) Comandante CELSO SERRA, que em nome do Almirante, deu as boas-vindas aos participantes e passou a coordenação da Sessão ao Coordenador do GI-Gerco, o SR. ADALBERTO EBERHARD (MMA).

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

18 2.1. Adoção da Agenda

O Coordenador declarou que “foi verificado o quórum” e indagou sobre mudanças de pautas na agenda sendo projetada.

O SR. ALEXANDER TURRA (COMUNIDADE CIENTÍFICA) solicitou pauta para informes, sobre:

- Documento sobre a Avaliação da qualidade dos oceanos incluindo aspectos socioeconômicos;
- Evento para dialogar sobre uma proposta de instrução normativa, instrumento legal para se autorizar o licenciamento de atividades de óleo e gás em áreas com rodolitos;
- Iniciativa Agenda Brasil: pautas intervenientes na Zona Costeira.

Não havendo mais pleitos para análise declarou aprovada a agenda, que está replicada a seguir.

AGENDA APROVADA – 52ª

1. ABERTURA

Informe sobre novos membros do Colegiado: ANP e CPRM

Apresentação dos novos Representantes

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

2.1. Adoção da Agenda

2.2. Aprovação das Atas:

- da 50ª Sessão comemorativa de 05 de novembro de 2014;
- da 51ª Sessão de 15 de abril de 2015;
- da Sessão Extraordinária de 06 de julho de 2015.

3. NOTÍCIAS/INFORMES

3.1. Evento “Oficina de Trabalho: “Metodologia, ferramentas e bases de dados para a avaliação dos impactos das mudanças climáticas nas zonas costeiras” - (07/08 de Julho) Brasília-DF;

3.2. Nota sobre o Professor ANTONIO CARLOS ROBERT DE MORAES;

3.3. Informes diversos pela COMUNIDADE CIENTÍFICA;

3.4. Relatoria - GT Normas de Funcionamento do GI-Gerco

4. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

Deliberação sobre as Ações 15 (Elaborar guia de orientação para ações de proteção e controle da erosão na Linha de Costa); e Ação 16 (Promover o Projeto Ministério Público pelo Gerenciamento Costeiro) do III PAF ZC (2015-2016).

5. MONITORAMENTO DO III-PAF-ZC

5.1. Ação 1 Identificar as estruturas de dados oceanográficos existentes;

5.2. Ação.2 Definir proposta de parâmetros e diretrizes para o monitoramento da Zona Costeira (dados físicos) e identificar lacunas e sobreposições;

5.3. Ação.3 Conscientizar sobre educação ambiental nos cursos do Ensino Profissional Marítima;

5.4. Ação.4 Promover fóruns de discussão e integração dos planejamentos setoriais;

5.5. Ação.5 Produzir diagnóstico de saneamento por município costeiro;

5.6. Ação.6 Identificar e diagnosticar as insuficiências da gestão de resíduos sólidos e efluentes nas áreas portuárias e embarcações;

5.7. Ação.7 Reavaliar os incentivos / condicionantes à adesão ao Projeto Orla;

5.8. Ação.8 Elaborar e implementar versão básica do SIGERCO no Portal MMA;

5.9. Ação.15 Elaborar guia de orientação para ações de proteção e controle da erosão na Linha de Costa;

5.10. Ação.16 Promover o Projeto Ministério Público pelo Gerenciamento Costeiro

6. OUTROS ASSUNTOS

6.1. Relato do PPA 2012-2015 (MMA)

6.2. Aprovação do PPA 2016-2019 (SECIRM)

6.3. Informe sobre o TerraMar

7. ENCERRAMENTO

21 2.2. Aprovação das Atas

O Coordenador destacou que a 50ª Sessão foi essencialmente uma sessão comemorativa e informou que fizemos um registro do evento, enviado aos representantes do Colegiado. Não havendo sugestão de contribuições, declarou aprovada a ata da 50ª Sessão comemorativa.

O Coordenador solicitou a projeção da ata da 51ª Sessão. Informou que a ata foi enviada a todos e declarou-a aberta para análise. Segue se algumas considerações sobre a questão da aprovação “ad referendum” das ações (Ação.15 e Ação.16) do III-PAF-ZC e não havendo questionamentos declarou aprovada a ata da 51ª Sessão.

Prosseguindo solicitou a projeção da ata da Sessão Extraordinária de 06 de julho de 2015. Informou que a Sessão Extraordinária foi essencialmente um informe do IBGE, trazido pelo Sr. SALOMÃO SOARES, sobre a questão da compatibilização da Altimetria e Batimetria.. Assinalou que a ata foi enviada a todos e declarou-a aberta para análise.

Após manifestações favoráveis do Colegiado o Coordenador declarou aprovada a ata da Sessão Extraordinária de 06 de julho de 2015.

3. NOTÍCIAS E INFORMES

24 3.1. Evento Oficina de Trabalho: “Metodologia, ferramentas e bases de dados para a avaliação dos impactos das mudanças climáticas nas zonas costeiras” - (07/08 de Julho) Brasília-DF (Sra. MÁRCIA OLIVEIRA – MMA/DZT)

No âmbito do programa de cooperação entre o MMA e a CEPAL¹ inclui se um projeto com o Instituto de Hidráulica da Cantábria (IHC) cujo objetivo é o desenvolvimento de bases de dados históricas e projeções de mudanças climáticas e as ferramentas e metodologias necessárias para analisar riscos costeiros.

A SRª. MÁRCIA (MMA) comunicou a realização da oficina “Metodologia, ferramentas e bases de dados para a avaliação dos impactos das mudanças climáticas nas zonas costeiras” para se apresentar o projeto da CEPAL e a metodologia usada.

Assinalou que o projeto da CEPAL é um estudo realizado em escala regional que agora será realizado no Brasil, em escala local, no litoral de Santa Catarina.

Informou que nesta oficina se apresentou estudos de vulnerabilidade na Zona Costeira Brasileira, dentre outros, alguns que foram apoiados via o edital do Fundo Clima de 2011 de prevenção a erosão.

As apresentações podem ser consultadas nas páginas do gerenciamento costeiro, no portal do MMA, no endereço:

- <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/not%C3%ADcias-do-gerenciamento-costeiro/item/10495>

3.2. Nota sobre o Professor ANTONIO CARLOS ROBERT DE MORAES; (ALEXANDER TURRA – IOUSP);

Nota elaborada e lida pelo Professor ALEXANDER TURRA, por solicitação da Gerência Costeira (MMA/DZT).

Vou ler um texto que foi preparei para vocês terem um pouco mais de referência a respeito do que foi o professor Antônio Carlos, e para nós registrarmos isso e normalmente nunca vai ser compatível ao retorno que ele deu ao gerenciamento costeiro no Brasil, mas é um registro importante.

1 CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas

Então, o professor Antônio Carlos Robert de Moraes, nasceu em Poços de Caldas em 07 de junho de 54, faleceu dia 16 de julho de 2015, e foi um geógrafo brasileiro, ele foi bacharel em Geografia em 1977 e Ciências Sociais em 1979 pela Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde realizou o mestrado em 1983, o seu doutorado em 1991 e a livre docência em 2000. Obteve o seu doutorado em geografia humana na Universidade de São Paulo, onde posteriormente seria professor titular do Departamento de Geografia e coordenador do Laboratório de Geografia Política; foi professor no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas entre 1978 e 1982, e ministrou cursos em várias universidades do país e do exterior, entre elas a Universidade de Buenos Aires na Argentina, Unam no México, a Universidade Nacional da Colômbia e a Universidade de Cades na Espanha. Estagiou no Instituto Nacional de Investigação Científica de Portugal em 1986 e participou de vários convênios bilaterais, o último com o Cegrau e o Willian na França. Presidia a Banca de Geografia do concurso de ingresso na carreira de diplomata do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, e foi agraciado com a ordem do Rio Branco. Elaborou para o Governo Brasileiro a metodologia de vários programas de política ambiental e de ordenamento territorial; notadamente interessado pelas áreas costeiras, entre outros, o Gerco, o Projeto Orla e a Agenda Ambiental Portuária. Foi consultor do Programa de Gestão da Zona Costeira de Moçambique e participou da elaboração do Programa Global de Ação para o Controle de Poluição Marinha da ONU. Ele participou da 50ª Sessão comemorativa do GI-Gerco, não presencialmente, foi feita uma filmagem e projetado durante a Sessão. Ele publicou vários livros na área de geografia histórica e política, a saber, o livro Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil, que é desenvolvimento básico para estudo da gestão costeira; A Gênese da Geografia Moderna; Geografia Crítica e Valorização do Espaço; Geografia História do Brasil; Capitalismo, Território e Periferia; Geografia Pequena História Crítica; Ideologias Geográficas e Território História do Brasil. Uma leitura mais transversal da atuação do Tonico, como ele era conhecido, ainda é conhecido, é que ele representa uma forma de atuação da universidade focada em alguns aspectos chaves como o estudo de questões centrais do país. Então, não é aquela abstração que se fala hoje que a universidade representa nos casos, no caso dele se manteve fiel e dedicado as questões centrais do país como o gerenciamento costeiro. A construção coletiva do conhecimento. Então, o Tonico era um agregador, é uma pessoa querida, é uma pessoa que era de fácil relacionamento, e acostumava agregar as pessoas e focava a sua atuação na interação com o poder público, aproximando a ciências da gestão e trabalhando nesse diálogo, no estabelecimento desse diálogo. Então, ele foi uma grande pessoa nessa construção de gerenciamento costeiro no Brasil e vai fazer falta. Eu acho que é importante fazermos esse registro e que ele esteja bem onde quer que esteja.

Replicamos a seguir mensagem enviada pelo Coordenador do GI-Gerco aos representantes do GI-Gerco, em 17 de julho de 2015.

PREZADOS MEMBROS DO GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO - (GI-Gerco)

O Ministério do Meio Ambiente por meio do Departamento de Zoneamento Territorial lamenta o falecimento do Professor Dr. Antônio Carlos Robert de Moraes, Geógrafo brasileiro que publicou vários livros e pesquisas nas áreas da geografia histórica, política, ambiental e territorial.

O Prof. Antônio Carlos teve participação fundamental nas discussões e estratégias envolvendo a construção e o desenvolvimento das Políticas Públicas de Meio Ambiente, Gerenciamento Costeiro e Ordenamento Territorial no Brasil. Ao pesquisador, acadêmico, parceiro deste Ministério fica o registro de agradecimento e reconhecimento da relevante contribuição realizada ao País.

- pt.wikipedia.org/wiki/Antonio_Carlos_Robert_Moraes

- <https://uspdigital.usp.br/tycho/CurriculoLattesMostrar?codpub=A7A29FC2937A#Atuacaoprofissional>

Respeitosamente,

Coordenador do GI-Gerco

27 3.3. COMUNIDADE CIENTÍFICA – Informes diversos (SR. ALEXANDER TURRA - IOUSP);

Documento: Avaliação da qualidade dos oceanos incluindo aspectos socioeconômicos

O documento é construído em um processo chamado *overall assessment of the oceans* que é conduzido pela Assembleia Geral das Nações Unidas e, é a primeira avaliação global sobre os oceanos, realizado no âmbito do Assembleia Geral, conduzida usando a estrutura de Marcos Gerais da Unep.

Na construção do documento realizaram-se sete workshops internacionais e se constituíram vários grupos de trabalho que capturaram as informações das regiões. O Governo Brasileiro participou com um Grupo de Trabalho, muito bem organizado, conduzido no âmbito da CIRM.

A questão da qualidade dos oceanos remete as discussões que são desencadeadas no Colegiado a propósito do Relatório de Qualidade Ambiental da Zona Costeira.

Quero destacar a posição nacional nas discussões e salientar que o evento é a oportunidade de se enfatizar, na perspectiva dos oceanos, as ameaças, também os programas sendo uma oportunidade aberta para se discutir a exploração dos recursos vivos no mar.

Leia o documento em:

- http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/70/112

Evento para dialogar sobre uma proposta de instrução normativa, instrumento legal para se autorizar o licenciamento de atividades de óleo e gás em áreas com rodolitos

O evento ocorreu no Rio de Janeiro resultado de uma parceria entre o Ibama (Diretoria de Licenciamento) e o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP).

O objetivo da reunião era dialogar sobre uma proposta de instrução normativa, instrumento legal para se autorizar o licenciamento de atividades de óleo e gás em áreas com rodolitos².

Nos diálogos emergiu à necessidade de um mapeamento em escala nacional das áreas de rodolitos com a identificação segundo tipologias a se estabelecer e, isto remeteu a questões que transcendem ao Ibama e a indústria de Óleo e Gás.

O Sr. TURRA (COMUNIDADE CIENTÍFICA) assinalou que as questões têm relação com as discussões no GI-Gerco e endereça temas tratados no âmbito do Grupo sobre o uso compartilhado dos oceanos. Destacou que esta é uma demanda da indústria e que em algum momento vai pressionar sobre a organização do espaço marinho.

Sobre a indagação “Temos o mapeamento dos rodolitos” informou que temos um mapa da década de 80, ou mais propriamente, registros esparsos e que o mapeamento seria alvo de pesquisa.

Assinalou que seria importante se dispor do mapa de áreas de rodolitos para se entender o

² Rodolitos são algas, são nódulos formados por algas Rhodophyta que têm um grande potencial de sequestro de carbono e de agregação de biodiversidades, são algas muito sensíveis, porque para formar uma bolota do tamanho de uma batata leva centenas de milhões de anos.

papel real desse ambiente no sequestro de carbono, questão que diálogo com o Plano Nacional de Adaptação e iniciativas para mitigação no âmbito da mudança do clima, que é uma outra interface que se faz aqui. Assinalou que as questões relatadas têm reflexo no trabalho do Gi-Gerco e que são relevantes para o gerenciamento costeiro.

Iniciativa Agenda Brasil: pautas intervenientes na Zona Costeira

Os diálogos trataram de vários aspectos, sendo a suposto venda de Bens da União a questão central.

O representante da SPU assinalou que efetivamente há patrimônio que é inservível. Entre os exemplos apontou os terrenos de marinha, formados pela área que em função da topografia sofrem a inundação pelo mar, destacando que estas áreas pertencem a União (não do Governo) e a gestão é feita pela União por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União.

30 Destacou que as terras nuas merecem maior atenção, porque são áreas que poderá ser feito um planejamento da ocupação e do uso e que poderão ser cedidos para os Municípios, para os Estados, para a instalação de equipamentos públicos, para avenidas, calçadões e parques, entre outros.

33

O Coordenador destacou que o Gi-Gerco é o colegiado por excelência para recepcionar esse tipo de demanda e tentar criar um processo, um nível de efervescência a discussão onde nós
36 possamos recomendar para a CIRM, se for o caso, que tome alguma providência futura nesse sentido e na perspectiva dentro desse processo de construção do conhecimento, da cidadania propor que nós fizéssemos uma reunião extraordinária onde esses itens fossem debatidos:
39 rodolitos, licenciamento, a questão fundiária e a questão do patrimônio da União.

ENCAMINHAMENTOS:

Realizar uma sessão extraordinária do GI-Gerco para tratar dos temas:

- Rodolitos;
- Licenciamento e a LC-140³;
- Transferências e alienações do Patrimônio da União.

Articular as questões dos rodolitos, com o representante da Academia para se estabelecer quem trará os conteúdos e se definir a pauta para o tema.

Articular as questões do Patrimônio da União com o representante do MP/SPU para se estabelecer quem trará os conteúdos e se definir a pauta para o tema.

Articular as questões do Licenciamento com o representante do Ibama para se estabelecer quem trará os conteúdos e se definir a pauta para o tema.

3.4. Relatoria – GT Normas de Funcionamento do GI-Gerco;

O Relator comentou sobre os trabalhos no GT e informou que a Noma de Funcionamento não será objeto de deliberação nesta Sessão. Informou que as discussões sobre o texto no GT está encerrada e que disponibilizará o mesmo para contribuições do GI-Gerco. Após a compilação das contribuições o texto será submetido ao plenário para deliberação.

Nas discussões, emergiu a recomendação para o Relator enviar o texto atual consolidado no GT para a Secretaria do Gi-Gerco. A Secretaria enviará o texto consolidado no GT para o Colegiado. As contribuições dos representantes serão enviadas para a Secretária do Gi-Gerco que fará a compilação.

3 N.R. Este encaminhamento entrou por conta da discussão desencadeada nas questões apresentadas pelo representante da SPU. Ver resumo na Seção 6.

4. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

Deliberação sobre as Ações 15 (Elaborar guia de orientação para ações de proteção e controle da erosão na Linha de Costa); e Ação 16 (Promover o Projeto Ministério Público pelo Gerenciamento Costeiro) do III PAF ZC (2015-2016).

42 **AÇÃO. 15** Elaborar guia de orientação para ações de proteção e controle da erosão na Linha de Costa

A Ação aprovada na 52ª Sessão, estava em aberto para receber complementações. Após discussões foi deliberado:

- Participação da CPRM no Grupo Ação.15, para atender, entre outras, suporte técnico sobre questões relacionada a lavras e caracterização do fundo marinho;

AÇÃO. 16 Promover o projeto Ministério Público pelo Gerenciamento Costeiro

A Ação aprovada na 52ª Sessão, estava em aberto para receber complementações. Após discussões foi deliberado sem complementações.

5. MONITORAMENTO DO III PAF-ZC

O Coordenador do GI-Gerco, considerando que esta é a primeira Sessão do Colegiado para Monitoração do III-PAF-ZC, assinalou que se iniciaria o desenho da prática de monitoração das Ações e informou que se decidiu fazer reuniões bilaterais com cada um dos coordenadores das ações para se estabelecer uma dinâmica e mecanismos de coordenação das ações que possibilitem elaborar relatórios de progresso das ações para serem apresentados ao Colegiado.

45 **AÇÃO. 01** Identificar as estruturas de dados oceanográficos existentes.

Ação: 01	RESPONSÁVEIS: MCTI / MMA / COMUNIDADE CIENTÍFICA
	COORDENAR: MCTI
	MONITORAMENTO
	RELATÓRIO: Sem relatório de atividades.
	ENCAMINHAMENTOS: 1. O MMA/DZT (Gerência Costeira) deverá executar reunião bilateral com a coordenação da Ação (MCTI) para estabelecerem os mecanismos de coordenação da Ação.

48 **AÇÃO. 02** Definir proposta de parâmetros e diretrizes para o monitoramento da Zona Costeira (dados físicos) e identificar lacunas e sobreposições

Ação: 02	RESPONSÁVEIS: MCTI / MMA
	COORDENAR: MCTI
	MONITORAMENTO
	RELATÓRIO: Sem relatório de atividades.
	ENCAMINHAMENTOS: 1. O MMA/DZT (Gerência Costeira) deverá executar reunião bilateral com a coordenação da Ação (MCTI) para estabelecerem os mecanismos de

	coordenação da Ação.
--	----------------------

51 **ACAO. 03** Conscientização sobre educação ambiental nos cursos do Ensino Profissional Marítimo

Ação: 03	RESPONSÁVEIS: MB/DPC/PPGMAR/MMA-DEA
	COORDENAR:
	MONITORAMENTO
	RELATÓRIO/DISSCUSSÕES: A Coordenação informou que a Marinha realiza nos principais centros, tanto para formação do Ensino Naval, quanto para o Ensino Profissional Marítimo, conteúdos programáticos sobre a Educação Ambiental. Assinalou que tanto nos níveis Gerenciais como Operacionais ou na modalidade de Especialização, independente das categorias Oficiais e Praças, a educação ambiental é ministrada.
	ENCAMINHAMENTOS: 1. O MMA/DZT (Gerência Costeira) será um facilitador para que o EMA/MB e o DEA/MMA dialoguem sobre a construção do tema Educação Ambiental nos cursos do Ensino Profissional Marítimo.

AÇÃO. 04 Promover fóruns de discussão e integração dos planejamentos setoriais

Ação: 04	RESPONSÁVEIS: GI-Gerco: ANTAQ/MPA /SEP/Cidades/SPU/MPF/MME/MMA
	COORDENAR: MPF
	MONITORAMENTO
	RELATÓRIO:
	ENCAMINHAMENTOS: 1. A Gerência Costeira MMA/DZT articulará reunião com o MPF para estabelecer modus operandi de como conduzir as reuniões do Grupo Ação.4 (Responsáveis).

54

AÇÃO. 05 Produzir diagnóstico de saneamento por município costeiro.

Ação: 05	RESPONSÁVEIS: MCidades/ANTAQ e SEP
	COORDENAR: MCidades
	MONITORAMENTO
	RELATÓRIO/DISSCUSSÕES:
	Levantou-se questões sobre o que se realizaria exatamente para “Produzir Diagnóstico” Nas discussões, emergiu o entendimento de se consolidar as informações que já existem de uma forma simples, com o que estiver disponível. Posteriormente se

	avança para trabalhar as lacunas e elaborar-se se plano de trabalho • apontou-se a ideia de usar o espaço do GI-Gerco para consolidar informações sobre as questões de Corpo Receptor, Emissários, etc; • sugeriu-se indicadores que poderiam ser monitorados e comporiam o relatório de qualidade ambiental; • sugeriu-se elaborar shape dos municípios costeiros agregando informações básicas já disponíveis em cada ente, no âmbito de sua atuação e estudos;
	ENCAMINHAMENTOS: 1. MMA articulará uma discussão para nivelamento das questões que envolvem o diagnóstico da Zona Costeira; 2. Recomendação para MP/SPI e ANA trabalharem integrados nas demandas comuns; 3. Se necessário articular reunião com o Secretário (MCidades);

57 **AÇÃO. 06** Identificar e diagnosticar as insuficiências da gestão e resíduos sólidos e efluentes produzidos nas áreas portuárias e embarcações

Ação: 06	RESPONSÁVEIS: ANTAQ/SEP/MCidades
	COORDENAR:
	MONITORAMENTO
	RELATÓRIO/DISSCUSSÕES:
	ENCAMINHAMENTOS: 1. A Gerência Costeira MMA/DZT articulará uma reunião com o Grupo Ação.6 (Responsáveis) para nivelamento das questões 2. Recomendação para MP/SPI e ANA trabalharem integrados.

60 **AÇÃO. 07** Reavaliar os incentivos / condicionantes à adesão ao Projeto Orla

Ação: 07	RESPONSÁVEIS: MMA/SPU/MCidades/MPF/MTur/MI/COMUNIDADE CIENTÍFICA/G17
	COORDENAR: SPU
	MONITORAMENTO
	RELATÓRIO/DISSCUSSÕES:
	ENCAMINHAMENTOS: 1. Representante da SPU deve articular uma reunião da Coordenação Nacional do Projeto Orla para alinhar entendimentos sobre a publicação do Manual do Orla Estuarino, em elaboração.

63 **AÇÃO. 15** Elaborar guia de orientação para ações de proteção e controle da erosão na Linha de Costa

Ação: 15	RESPONSÁVEIS: MI/Cidades/MMA/SEP/COMUNIDADE CIENTÍFICA/SPU/IBAMA
	COORDENAR: MI

	MONITORAMENTO
	RELATÓRIO/DISSCUSSÕES: O Coordenador da Ação informou as atividades realizadas: • reunião com Gerência Costeira do MMA e no modo virtual com o Prof. Klein (LOC-UFSC) para alinhar o apoio do professor, com insumos decorrentes das entregas pactuadas no âmbito do Termo de Cooperação do Fundo Nacional de Mudança do Clima (FNMC-MMA) com a UFSC, para a elaboração do Guia, objeto da Ação 15; • Reunião onde se tratou da necessidade de se elaborar o Termo de Abertura do Projeto. Esta reunião ocorreu com a Gerência Costeira (DZT/MMA) pois não foi possível viabilizar a reunião com o Grupo_15 (responsáveis pela Ação); • Informou que o Termo de Abertura do Projeto deve contemplar: • definir o produto e o escopo; • apontar quem deveria ser envolvido e estabelecer responsabilidades; • elaborar o cronograma de atividades; • minutar um índice/agenda; • compartilhou sobre a dificuldade de se inserir as atividades desdobradas da Ação-PAF na agenda de trabalho a quem tem que responder. • Relatou que como modus operandis farão reuniões bilaterais com os especialistas no tema e reuniões do Grupo_Ação.15 somente para deliberações e sistematização dos insumos.
	ENCAMINHAMENTOS: 1. Enviar o Termo de Abertura do Projeto ao Grupo_Ação.15; 2. Reuniões bilaterais, para agregar conteúdos ao Termo de Abertura; 3. Agendar reunião para a discussão e fechamento do Termo de Abertura a ser apresentado na 53ª Sessão do GI-Gerco.

AÇÃO. 08 Elaborar e implementar versão básica do SIGERCO no Portal MMA

Ação: 08	RESPONSÁVEIS: MMA/MCTI/COMUNIDADE CIENTÍFICA/G17
	COORDENAR: MMA
	MONITORAMENTO
	RELATÓRIO/DISSCUSSÕES: Nas discussões no Colegiado reforçou-se o entendimento de que, além de outras funcionalidades, o Sigerco deveria ser estruturado pressupondo a possibilidade de ser alimentado por dados e informações do Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira (SMA⁴/ZC) e que se deveria ampliar o Grupo que conduz esta ação do III-PAF-ZC.
	ENCAMINHAMENTOS/ORIENTAÇÕES: 1. Participação da Academia, do MCTI e do G17 nas discussões para ampliar a definição do escopo e apresentação de alternativas para implementação do Sigerco;

4 SMA/ZC – Dec. 5300/2004 Art 7º, inciso VI – Sistema de Monitoramento Ambiental da Zona Costeira – SMA: estrutura operacional de coleta contínua de dados e informações, para o acompanhamento da dinâmica de uso e ocupação da zona costeira e avaliação das metas de qualidade socioambiental;

2. O representante da Comunidade Científica indicará um interlocutor técnico para participar do Grupo_Ação.08.

66

AÇÃO. 16 Promover o projeto Ministério Público pelo Gerenciamento Costeiro

Ação: 16	RESPONSÁVEIS:
	COORDENAR: MPF /MMA / MP(SPU)
	MONITORAMENTO
	RELATÓRIO/DISSCUSSÕES: A proposta do projeto Ministério Público pelo gerenciamento costeiro é que se trabalhe alguns temas, na perspectiva de minimizar a judicialização dos problemas, que são recorrentes na zona costeira. O Ministério Público Federal, através do seu corpo de peritos fez um levantamento e uma classificação inicial sobre os diversos tipos de judicialização, de TAC etc., que tem na zona costeira. Foi apontado que a questão das barracas e quiosques de praia, é um grande problema no litoral. No âmbito do projeto foi realizada, em Brasília-Junho/2015 a oficina "Barracas e Quiosques de Praia: Qual a solução?". Consulte as palestras em: http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/not%C3%Adcias-do-gerenciamento-costeiro. No momento no trabalho busca se estabelecer quais seriam as diretrizes para balizar processos de regularização fundiária ou ambiental. Ainda no âmbito do projeto esta previsto um curso sobre os instrumentos do gerenciamento costeiro e da regularização fundiária na escola nacional do Ministério Público Federal. Em complementação apontou-se a necessidade de alinhar-se os entendimentos entre os procuradores, na proposição de TAC's.
	ENCAMINHAMENTOS/ORIENTAÇÕES: Integrar o MMA(Gerência Costeira/DZT) e o MP(SPU) ao grupo de responsáveis da Ação.16.

6. OUTROS ASSUNTOS

6.1. Relato do PPA 2012-2015 (Sra. MÁRCIA OLIVEIRA – MMA/DZT)

O DZT responde pela execução do objetivo 0563 no Programa Mar Zona Costeira e Antártida do PPA 2012-2015 que é realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando a redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.

Informou-se as metas do objetivo 0563:

Meta.1: capacitar parceiros institucionais e sociedade dos 17 Estados costeiros, nas modalidades presencial e a distância, na metodologia do Projeto Orla. Informou se que foram formados multiplicadores na metodologia do Projeto Orla. Meta cumprida.

Meta.2: elaborar metodologia para estudo e avaliação de vulnerabilidade na zona costeira em escala local. Informou-se que foram fomentados estudos de metodologia em alguns Estados costeiros, destacando-se que o Estado de Pernambuco desenvolveu um estudo sobre a vulnerabilidade da linha de costa e que estão trabalhando na capacitação de gestores na metodologia. Nos trabalhos para elaborar a metodologia foi identificado como questão central, a não vinculação dos referenciais para a Altimetria e a Batimetria. Articulou-se discussões com o

84 IBGE e encaminhou-se a CONCAR a necessidade da compatibilização da altimetria e batimetria. Meta atendida na perspectiva do PPA 2012-2015.

Meta.3: elaborar proposta para o monitoramento e a avaliação dos resultados do Projeto Orla. Assinalou-se que embora se trabalhou em várias iniciativas, não foi possível cumprir a meta.

87 Meta.4: implementar e disseminar o sistema de modelagem costeira adaptada às características da Costa brasileira. Informou-se que a ferramenta está disponibilizada e o Sistema de Modelagem Costeira, o SMC Brasil, foi adaptado às características da Costa Brasileira. Meta foi
90 cumprida. Leia mais, em:

- <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/smc-brasil>

93 **6.2. Aprovação do PAF 2016-2019 (CMG STANZIOLA - MB/SECIRM)**

O representante da SECIRM informou que o PPA 2016/2019 manteve o antigo Programa Mar Zona Costeira e Antártida apenas com o detalhe de mudança de mar para oceano, que como Programa procura atender as Políticas Públicas ligadas ao mar. Destacou que devido a sua relevância foi mantido no PPA 2016-2019 e apresentou os objetivos, as metas e indicadores, as iniciativas e ações do programa.

Na apresentação do objetivo 0563 “Promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da zona costeira de forma sustentável”, nas discussões sobre os indicadores da meta: “Concluir a primeira versão do Plano de Uso Compartilhado do Ambiente Marinho a partir do Planejamento Espacial Marinho (PEM)”, o representante do MP (SPI), sob a linha de base da meta ter valor zero, defendeu o entendimento de que no escopo do planejamento espacial marinho a linha de base não é zero, pois se tem trabalhos realizados. Defendeu que todos os instrumentos disponíveis, entre outros, os mapeamentos, os estudos, os levantamentos setoriais, etc, articulados ou não, fazem parte do escopo do PEM. Finalizou com a proposição “Vamos usar uma abordagem incremental e avançar para soluções mais estruturadas e articuladas. Não partiremos do zero”.

Prosseguindo, o representante do MP (SPI), na perspectiva de “entregas/produtos” construídos no âmbito dos GT’s, destacou que não é só o GT-UCAM, que é um subgrupo de trabalho da CIRM, que está trabalhando na questão do planejamento espacial marinho e, neste momento, tem visibilidade no PPA 2016-2019. O representante do MP(SPI) assinalou que o Gi-Gerco precisa de um produto, para além do plano de ação federal (PAF-ZC), que é um produto do Colegiado. Entretanto o PAF-ZC é uma plano de ações segmentadas que cada Órgão está fazendo em sintonia com os demais.

Assinalou que para além do PAF-ZC o Gi-Gerco pode ter produtos simples, que são frutos do trabalho do Colegiado e propôs que sejam produzidas recomendações emanadas do Gi-Gerco, as quais podem ser divulgadas na página do Gi-Gerco (existente no site do MMA), e os usuários podem consultar e baixar (download).

Ilustrou a proposta, supondo uma discussão no Colegiado sobre, por exemplo, Saneamento ou Erosão Costeira nos municípios da ZC. Destacou que na perspectiva da experiência dos participantes emergirão conteúdos significativos na temática em discussão. Para além das deliberações, deveríamos produzir uma recomendação, que é o estado da arte, dos conteúdos, do conhecimento, no coletivo. Sobre as recomendações apontou:

- recomendação formatada em texto sintético, elencando orientações contextualizadas;
- a recomendação pode disponibilizar, em anexo, um mapa, um roteiro de trabalho, um processo, um fluxograma a partir de um croquis elaborado no Colegiado;

- a recomendação seria publicada na versão.1 e seria aprimorada em uma versão dois, versão três, etc, e sempre incorporando os conteúdos/conhecimentos que são aprimorados no âmbito do Coletivo. ilustrando: recomendação GI-Gerco nº01, trata da erosão costeira; a GI-Gerco nº02 pode tratar do lixo no porto, etc.

O Coordenador do GI-Gerco destacou a relevância da proposta e indagou como se operacionalizaria isto? Seriam recomendações sempre de Grupos de Trabalhos ou nascidas da reunião coletiva?

O representante do MP (SPI) apontou:

- as recomendações podem nascer em GT 's ou serem fundamentadas nas discussões no Colegiado;
- o Colegiado pode dar um encaminhamento para que se faça uma reunião bilateral com quem tem dados/informações qualificadas sobre o assunto e fica estabelecido que a recomendação será apreciada e publicada na próxima Sessão;
- o GI-Gerco nas Sessões delibera se o assunto será objeto de uma recomendação;

Finalizou destacando que a recomendação é trabalho para durar uma semana, duas reuniões; alinhar detalhes, escrever um texto e submeter ao Colegiado para validação/autorização para se publicar. Se surgirem questões a esclarecer ou detalhar a recomendação é refinada e apreciada na próxima Sessão do Colegiado.

O Coordenador sugeriu se iniciar a prática na próxima Sessão, dentro de uma lógica de entendimento mútuo e coletivo, com a questão dos rodolitos e propôs que, havendo demandas, se tenha um ponto de pauta nestas Sessões, que gerem uma recomendação coletiva ao final dela.

Prosseguindo o Coordenador destacou a relevância da proposta e submeteu a opinião do Colegiado. Não havendo posicionamento contrário, declarou a proposta aprovada. Destacou que a prática externalizará um pouco o Gi-Gerco, pois o Colegiado usualmente abastece a CIRM e exerce a comunicação no âmbito do interno e que agora a recomendação será um mecanismo do Colegiado externalizar orientações e comunicações.

6.3. Informe sobre o TerraMar

O TerraMar é um projeto-piloto e direciona suas ações para duas regiões, inicialmente. A primeira delas é a Área de Proteção Ambiental (APA) Costa dos Corais, que abrange 14 municípios do litoral sul de Pernambuco e norte de Alagoas. É a maior unidade de conservação federal marinha do Brasil, importante área de soltura e único ponto de reintrodução na natureza do peixe-boi marinho, uma das espécies de mamíferos aquáticos mais ameaçadas.

A outra área beneficiada pelo projeto é a Região do Banco dos Abrolhos, situado no litoral dos Estados da Bahia e do Espírito Santo, que abriga o mais importante sistema de recifes do Atlântico Sul. Além disso, suas águas rasas e quentes constituem berçário para baleias jubarte.

99 É um Projeto que o Ministério do Meio Ambiente desenvolveu, com o ICMBio e diversos setores do próprio Ministério, e que tem na sua essência as Unidades de Conservação.

102 Na abordagem para a elaboração deste projeto tem toda uma essência no sentido de olhar para esta Unidade de Conservação e nesta perspectiva se analisar nos fluxos do território continental, ou do mar, quais são os eventuais riscos presentes, e futuros, que podem comprometer a saúde ambiental, desta Unidade de Conservação, comprometendo logicamente, 105 toda a missão desta unidade para a qual foi criada e planejada.

Leia mais em:

- <http://www.mma.gov.br/index.php/comunicacao/agencia-informma?view=blog&id=1074>

Demanda apresentada pelo Representante da SPU

Tendo por referência o evento⁵ "Barracas e Quiosques de Praia: Qual a solução?" promovido por MPF-MMA-SPU (MP), em Brasília (10 de junho de 2015) o representante da SPU discorreu sobre problemas que foram objeto de conversações mantidas nos desdobramentos do evento, a respeito de licenciamentos ambientais, a cargo dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente, as vezes do Município, as vezes do próprio Ibama, na perspectiva da competência da SPU em tratar, dentre outras, questões que envolvem analisar uma EIA/RIMA. Apontou que tem estados que oferecem maiores facilidades em licenciamento ambiental do que outros e, acabam em detrimento de outros, levando investimentos para seus estados. Assinalou tratar-se de investimentos pesados, em empreendimentos portuários, as vezes aeroportos, aeródromos civis e as destacou que há nesse processo questões envolvendo as marinas.

Sob estes pressupostos, e com base em processos discutidos, indagou se é uma recomendação para os Órgãos licenciadores citarem a SPU nos textos das suas licenças; se as licenças foram fundamentadas no estudo de impacto ambiental; se houve dispensa em função da atividade exercida?

Seguem se discussões sobre as questões e a representante do Ibama assinalou que desconhece processo de licenciamento que não tenha sido fundamentado, uma vez que os mesmos seguem toda uma instrução processual.

O Coordenador do GI-Gerco, em função das várias questões postas na discussão destacou, na perspectiva da lógica de crescimento coletivo e, considerando a importância de se aprofundar a discussão, indagou a representante do Ibama sobre a disponibilidade em apoiar a discussão em uma pauta específica. Com o acolhimento pelo Ibama, o Coordenador recomendou que o tema seja pauta⁶ da próxima Sessão Extraordinária do GI-Gerco, que será marcada para breve.

7. ENCERRAMENTO

5 Consulte informações sobre o evento em: <http://www.mma.gov.br/gestao-territorial/gerenciamento-costeiro/not%C3%ADcias-do-gerenciamento-costeiro>

6 Ver encaminhamentos na seção 3.3